

A proposta do Movimento “Escola sem partido”, o ensino de Ciências e o debate de ideias

Vera Bohomoletz Henriques (Instituto de Física, USP), Elizabeth Andreolli de Oliveira (Instituto de Física, USP), Marcos A. Pimenta (Departamento de Física, UFMG)

A Comissão Especial do Congresso Nacional que analisa o Projeto de Lei Escola Sem Partido apresentou, na última terça-feira, 8 de maio, um relatório favorável e o projeto deve ir à votação até o final de maio, após 5 sessões para apresentação de emendas. Como físicos e professores universitários gostaríamos de manifestar nossa grande preocupação com o encaminhamento dessa PL. A nossa argumentação se baseia em quatro pontos principais:

1. Toda a história da ciência demonstra que **o conhecimento se desenvolve a partir do debate de ideias diferentes**, muitas vezes concorrentes, outras vezes complementares. A supressão do debate leva à estagnação do pensamento e à degeneração do conhecimento.
2. A história da humanidade mostra que a **ausência de debate no desenho de políticas públicas pode levar a grandes desastres sociais**.
3. Na vida em sociedade, todo indivíduo vai se deparar um certo dia com ideias divergentes da sua e das de sua família. **Como e onde devem ser a criança e o jovem preparados para o encontro com o conflito de ideias?** A escola tem sido, até hoje, o espaço de que dispomos para a preparação para a vida em sociedade, no qual o jovem deve ser apresentado às diferentes ideias, ao conhecimento acumulado pela humanidade ao longo dos tempos, às dúvidas e contradições que permeiam esse conhecimento.
4. **A história nos ensina que as sociedades que optaram pelo diálogo vivem de forma muito mais pacífica do que as sociedades que optaram pela denúncia anônima e pela punição.** No Brasil, o papel e a influência da família na escola são garantidas pela legislação, através da participação nos conselhos de escola. É através do conselho de escola que os pais podem dialogar, avaliar, decidir a respeito da educação de seus filhos. Portanto, o caminho a seguir é utilizar essa via, fazer valer, onde ainda não existe, e fortalecer a participação da comunidade. É no diálogo em sociedade que se pode construir uma convivência fraterna entre pensamentos diferentes.

O que a história da construção do conhecimento e de seu impacto sobre a sociedade nos ensina?

É o debate de ideias que leva a um aprofundamento de nossa compreensão das leis da natureza, por um lado, e é ele que impede que o conhecimento científico conduza a uma degeneração da sociedade a partir de uma ideia única. Para ilustrar esse ponto de vista, citamos quatro exemplos da História da humanidade.

- 1) Aristóteles, há mais de 20 séculos, iniciou o registro minucioso do conhecimento humano de sua época e propôs novas formas de organizar esse conhecimento, que constitui a base da física e da biologia, por exemplo. No entanto, o congelamento do pensamento aristotélico por parte da Igreja Católica, durante a idade média e ao longo de vários séculos, levou à fogueira e à prisão domiciliar homens que propunham uma nova interpretação para o movimento dos astros no céu. Giordano Bruno não renunciou à sua ideia de que a Terra não era o centro do Universo, o que o levou a perder a vida em fogo, e Galileu Galilei teve que abdicar publicamente de sua teoria de que a Terra se movia, ao invés de ficar fixa no centro do cosmos, muito embora estivesse baseada em dados detalhados de sua pesquisa do céu com a luneta. Um pedido de perdão a Galileu, que viveu no século XVII, por parte da Igreja Católica, só veio no fim do século XX.
- 2) A busca incessante pelos menores constituintes da matéria, ideia presente desde a antiguidade, levou o homem a descobrir energias imensas escondidas no interior dos núcleos atômicos. Em meio a uma situação de conflito mundial, esse poder altamente destrutivo foi utilizado contra a população de duas grandes cidades, levando à morte quase instantânea de milhares de pessoas, e à morte lenta de centenas de milhares. O que impediu que essa arma tão letal continuasse a ser utilizada em conflitos armados foi o debate a respeito do uso dessa energia por parte de grande número de físicos e de outros cientistas como o instrumento que limitou seu poder destrutivo, que ficou restrito às tragédias de Hiroshima e Nagasaki.
- 3) A ausência de debate, na Rússia de Stalin, levou à predominância de uma teoria genética única, o que teve efeitos destrutivos sobre o próprio desenvolvimento da ciência e sobre a vida da comunidade científica. Adepto da ideia lamarckiana de que características adquiridas podiam ser herdadas, e contrário às conclusões de Mendel sobre herança genética, o biólogo soviético Lysenko teve sua teoria adotada pelo estado, o que não só interrompeu desenvolvimento, por algumas décadas, da ciência da genética no país, como levou milhares de biólogos ao cárcere, aos campos de trabalho ou à execução.
- 4) Como último exemplo, provavelmente o mais trágico, associado à ausência de debate de uma ideia científica, citamos o efeito que a adoção da teoria da eugenia, que foi compreendida, ao

longo de meio século, como uma teoria científica. A teoria da eugenia, termo proveniente do grego que significa “boa raça” (eu - boa, genos - raça), propõe que é possível melhorar a raça humana aumentando a prole de pessoas “bem adaptadas, de bons gens” e eliminando a prole de pessoas maladaptadas. A ideia é antiga, aparece já em Platão, mas floresceu como teoria científica no final do século XIX, com o envolvimento de um primo de Darwin, na Inglaterra, e tornou-se popular a ponto de produzir várias conferências internacionais em Londres e Nova York, e de levar à fundação de institutos de pesquisa específicos, como o Instituto Kaiser de Antropologia, Hereditariedade Humana e Eugenia, da Alemanha, ou o Instituto Carnegie de Cold Spring Harbour de Evolução Experimental, nos Estados Unidos. Políticas eugenistas foram implementadas no início dos anos 1900 nos Estados Unidos, e um pouco mais tarde na França, na Alemanha e na Grã-Bretanha. A esterilização de incapazes foi utilizada na Bélgica, no Brasil, no Canadá e na Suécia. Na Alemanha nazista, porém, a teoria da eugenia foi adotada como política de estado e o debate de ideias foi proibido, levando, como todos sabemos, à morte de milhões e milhões de pessoas, nas câmaras de gás, nos campos de concentração e no incêndio proposital de populações inteiras de vilas ucranianas aprisionadas em suas próprias casas.

São poucos casos mais conhecidos, mas há inúmeros outros. O desenvolvimento do conhecimento só ocorre sob condições de debate livre de ideias, de confronto entre propostas diferentes. E se é assim nas ciências naturais, não será diferente nas ciências humanas.

E qual o papel da escola?

Levar às crianças e jovens o prazer do descobrir, do pensar e do fazer. Apresentar a eles a aventura da construção do conhecimento pela humanidade. Só professores apaixonados pelo conhecimento e pelo livre pensar serão capazes de fazer isso. A diversidade de ideias que existe em nosso meio estará presente na escola: o professor apresentará teorias divergentes, mas, sem dúvida colocará mais entusiasmo na ideia na qual acredita. Um professor de biologia defenderá arduamente a teoria Darwiniana (que sofre cada dia novas reformulações, agora com o advento dos mapeamentos genéticos), ao passo que outro terá mais entusiasmo quando mencionar a ideia criacionista defendida por diversas religiões, e da qual é adepto. Um professor de física falará com alegria da teoria do big bang, outro declamará em versos a ideia de um universo pulsante. É na convivência com ideias diferentes e concorrentes que a criança e o jovem se formam capazes de pensar e organizar suas próprias ideias. É no convívio com ideias diferentes ou conflitantes que as crianças e jovens se tornarão capazes de lidar com as contradições, com os embates, e, fortalecidos pela convivência entre diferentes, capazes de construir e manter uma visão própria. Isso significa que é na escola que o jovem começa a aprender a viver em sociedade, onde convivem ideologias diferentes, liberais e socialistas, nacionalistas e internacionalistas, diferentes costumes – mais

rígidos ou mais livres, ou convicções religiosas diferentes, católicos, protestantes, evangélicos, judeus, umbandistas, espíritas, ateus, budistas. As diferenças de opinião entre professores serão semelhantes às diferenças de opinião que existem na sociedade brasileira.

A família educa com seus valores e crenças, que são fortalecidas pelo amor entre pais e filhos. No entanto, os filhos estarão em contato com crenças diferentes o tempo todo: através dos meios modernos de comunicação, no contato com os amigos e colegas, seja da escola, do clube, da igreja ou da quadra de esportes. A escola deve ser o espaço privilegiado no qual o jovem aprende que existem ideias diferentes das de sua família, aprende a pensar sobre elas, a respeitar o pensamento diferente, a defender e distinguir por si próprio as ideias que são mais atraentes. Aprende, porque está em um ambiente onde a equipe de professores deve estar preparada para orientá-lo nesse processo: ajudar a entender e respeitar diferenças, a expressar suas ideias e debater-las com seus colegas de forma respeitosa. O professor com liberdade é o único que será capaz de ensinar o estudante a pensar, e lhe apresentar visões diferentes e provocar o debate entre elas na sala de aula.

Qual o papel da família em relação à escola? Como cuidar de seus filhos que estão na escola?

A divergência de opiniões a respeito de religião, de comportamento e de educação sexual faz parte da realidade de nossa sociedade. Ela estará presente toda vez que o jovem entrar em contato com um universo maior do que o de sua família. A família espera que seus valores sejam respeitados na escola. Mas como enfrentar situações em que a família discorda da abordagem de algum tema na escola?

Há duas possibilidades: o diálogo com a equipe escolar, ou a denúncia e a ameaça de punição.

A segunda via é a proposta do movimento Escola Sem Partido. **Incentiva-se a denúncia, a notificação extrajudicial. Sugere-se a denúncia anônima do professor, acompanhada de um processo que pode levar à perda do emprego e até mesmo do patrimônio**, por parte do professor (<http://escolasempartido.org/artigos-top/552-modelo-de-notificacao-extrajudicial-arma-das-familias-contr-a-doutrinacao-nas-escolas>).

O que a história nos ensina sobre a prática e o incentivo da denúncia? O surgimento da sociedade do medo, do segredo, do nazismo que liquidou milhões de vidas, na Alemanha nazista, na União Soviética stalinista, no Camboja de Kim Il Sung, no Chile de Pinochet. Será esse o caminho que queremos?

Há um outro caminho! A participação da família na gestão da escola é prevista desde 1996, na Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394compilado.htm). A LDB afirma, em seu Artigo. 12, parágrafo 8, que “Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola”. O Plano Nacional de Educação, aprovado em 2014, prevê que essa articulação da escola com a família se dará através do Conselho de Escola. A regulamentação do Conselho de Escola já existe em alguns estados e preconiza uma participação muito importante da família. No estado de São Paulo, a cartilha do Conselho de Escola da Secretaria Estadual da Educação, de 2014(<http://www.educacao.sp.gov.br/a2sitebox/arquivos/documentos/762.pdf>), prevê para a constituição do Conselho de Escola, que pode ter entre 20 e 40 participantes, a depender do tamanho da escola uma representação de 25% por parte dos estudantes e de 25% por parte dos pais. E quais são as responsabilidades do Conselho de Escola? No estado de São Paulo, o Conselho tem **função deliberativa**, que “refere-se tanto às tomadas de decisão relativas às diretrizes e linhas gerais das ações pedagógicas, administrativas e financeiras quanto ao direcionamento das políticas públicas, desenvolvidas no âmbito escolar” e **função pedagógica**, no que se “refere ao acompanhamento sistemático das ações educativas desenvolvidas pela unidade escolar, objetivando a identificação de problemas e alternativas para melhoria de seu desempenho, garantindo o cumprimento das normas da escola, bem como a qualidade social da instituição escolar.”

É no Conselho de Escola de seus filhos que as famílias devem construir um consenso sobre o que e como ensinar. Não pode prevalecer a opinião de uma família, mas constrói-se uma proposta comum, baseada no diálogo, que respeite a diversidade de visões de mundo, de religião, de costumes.

Mais uma vez, a História nos ensina que sociedades harmoniosas são aquelas em que as diferenças podem conviver. Hoje, no Brasil, as religiões mais diversas convivem pacificamente: católicos, evangélicos, espíritas, umbandistas, judeus, muçulmanos ou budistas. Mas na História recente do mundo europeu e mediterrâneo isso não foi assim: cruzados se bateram com muçulmanos ao longo de séculos, católicos queimaram protestantes ao longo de outros séculos. A convivência harmoniosa das religiões em grande parte do planeta, mas não em todo, foi uma conquista da humanidade. Será que queremos um caminho diferente?

Somos completamente favoráveis a uma integração entre escola e família, mas somos absolutamente contrários ao PL Escola sem Partido, que propõe a prática da denúncia e da punição, ao invés do diálogo. Já existem na legislação brasileira instrumentos para que a família participe de decisões a respeito do projeto pedagógico e da prática pedagógica da escola, na perspectiva do diálogo – esses instrumentos devem ser desenvolvidos e fortalecidos.